

Autismo, de Ana Elizabeth Cavalcanti e Paulina Rocha, além de excelente introdução às teorias psicanalíticas sobre o autismo através da discussão crítica de autores como Kanner, Mahler, Meltzer e Tustin, é, fundamentalmente, uma proposta corajosa de mudança de perspectiva no tratamento das crianças chamadas autistas. O livro se inscreve na trajetória do CPPL, Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, instituição fundada pelas autoras há 21 anos, em Recife, e que é provavelmente a instituição mais antiga no Brasil dedicada ao tratamento e à reflexão clínica do autismo e da psicose infantil. O CPPL é um lugar de vida, aberto ao acolhimento de crianças que não se encaixam em um certo tipo de normalidade, de seus familiares, e também de estudantes, estudiosos e profissionais que desejam se dedicar de algum modo a crianças com este tipo de dificuldade. No CPPL, a invenção de espaços clínicos renovados se entretetece com o vigor das discussões teóricas em psicanálise e com a curiosidade intelectual para com as feições do mundo contemporâneo. Atendimento individuais e em grupo, ateliês de criatividade, supervisões, cursos, seminários e eventos culturais se sucedem num andamento não compartimentado, aberto à visita dos que quiserem estar ao par do que ali se faz. O livro traz tudo isso em seu coração. Disto dão testemunha a vivacidade dos relatos clínicos, a paixão das discussões teóricas, a ousadia das propostas.

Por isto mesmo, talvez a melhor maneira de abordar a tese proposta por Ana Elizabeth e Paulina seja partir do burburinho das conversas no CPPL, do desafio ali lançado por Teresa Campelo, psicanalista pernambucana, importante interlo-

O que é que essas crianças têm?

Resenha de Ana Elizabeth Cavalcanti e Paulina Rocha, *Autismo*, Escuta, 1997, 182 p.

cutora das autoras: *"Mas, afinal de contas, o que é que essas crianças têm? Vocês só falam o que elas não têm!"* O livro é uma resposta a esta questão. Para tanto, as autoras iniciam com uma análise da invenção do autismo nos escritos de Kanner. Como se sabe, o termo "autismo" foi primeiramente empregado por Bleuler para descrever o sintoma de isolamento na esquizofrenia. A seguir, Kanner utiliza o mesmo termo para descrever um quadro clínico distinto, o autismo propriamente dito. Contudo, enquanto o isolamento do autismo de Bleuler fazia par com a suposição de um mundo interno feito "de todo tipo de realizações de desejo e de idéias persecutórias", o autismo de Kanner, por seu lado, enfatiza apenas a impossibilidade de comunicação, a ausência da linguagem e do contato afetivo. Ao fazer isto, Kanner, segundo as autoras, "retirou a alma dos autistas", terminando por deixar seu mundo interno "despovoado e vazio de interioridade", completamente isolado do mundo externo.

Na base etiológica do autismo, paralelamente à suposição de fatores orgânicos congênitos, Kanner observava ainda que os pais das crianças autistas mostravam-se emocionalmente frios e distantes. Esta observação vai fornecer argumento para uma série de teorias psicanalíticas posteriores, como a de Betelheim, de modo mais enfático, que consideram que a principal causa do autismo se encontra na ausência precoce de investimento psíquico parental. Para as autoras, não se trata de modo algum de ausência de investimento, mas sim de investimento, ou seja, de invenção de um bebê estranho e ameaçador, impossibilitado de falar, de se comunicar e de entender as mensagens do mundo. Orientadas pela concepção pragmática de que os conceitos dizem muito menos respeito à realidade do objeto que descrevem, do que à cultura que lhes dá origem. Atentas ainda ao papel de sustentação que tais conceitos vêm subseqüentemente desempenhar em relação à mesma cultura que lhes deu nascimento, as autoras se interrogam sobre o grau em que as teorias contemporâneas sobre o autismo não seriam

melhor compreendidas como uma projeção sobre os autistas de alguns dos traços do funcionamento mental de nossa cultura. Interrogam-se ainda sobre o quanto tais teorias não servem, em um segundo momento, para produzir e dar consistência às próprias manifestações clínicas do autismo.

Daí a crítica da noção de autismo com sua coorte de conceitos tais que "fortaleza vazia", "tomada desligada", "concha", "carapaça", que só fazem qualificar os autistas como seres desprovidos de vida psíquica interior e de capacidade de comunicação. Daí, também, a denúncia do papel iatrogênico desempenhado pelo diagnóstico de autismo. Com uma série de exemplos, as autoras vão mostrar o quanto o diagnóstico de autismo impede que pais e terapeutas possam compreender e reconhecer as reações afetivas das crianças, produzindo ativamente o próprio isolamento que crêem perceber. Ao longo da análise das principais teorias psicanalíticas sobre o autismo, procuram mostrar a contradição encontrada entre a riqueza da prática clínica, e a insistência na descrição do autismo pelo que o autismo não tem, associando-o com as idéias de déficit, de deficiência, de falência ou de impossibilidade.

Após a análise inicial de Kanner, o exame minucioso do longo trajeto de Frances Tustin ocupa a parte intermediária do livro. Através dele, são abordados de modo cuidadoso e argumentado grande parte dos autores que influenciam Tustin e com quem ela dialoga: desde Melanie Klein, passando pelas referências às obras de Mahler, Esther Bick, Bion, Meltzer, até chegar a Winnicott, autor em torno do qual é composta a terceira parte do livro.

Na parte intermediária do livro, o rigor da análise da obra de Tustin não impede Ana Elizabeth e Paulina de exprimir, através da atenção e do cuidado, a enorme admiração que têm

pela autora, por sua sensibilidade, por sua franqueza intelectual. Acompanhando a obra de Tustin em toda a sua extensão, Ana Elizabeth e Paulina vão se dedicar a mostrar o quanto a adoção, em um primeiro momento, da noção mahleriana de “autismo primário normal” como primeira fase do desenvolvimento normal da criança desempenha o papel de um verdadeiro obstáculo epistemológico para a compreensão e o tratamento das crianças autistas. A idéia é que compreender o autismo como o retorno regressivo a uma posição na qual inexistia qualquer contato com a alteridade é afirmar de modo definitivo, com o apoio científico de uma teoria do desenvolvimento ampla e abrangente, que o autista não se dirige aos outros, não se expressa, o que, em última análise, equivale a afirmar que ele não é um sujeito. E de fato Tustin, após abandonar a noção de autismo primário normal ao tomar conhecimento dos trabalhos de Trevarthen e Daniel Stern, e, a partir de então, passar a reconhecer a importância da atividade psíquica da criança em sua interação com o ambiente desde o início da vida, revela que sua revisão

teórica mudou completamente sua prática com as crianças autistas, na medida em que permitiu que falasse com elas “como se pensássemos que podem entender o que estamos dizendo”.

É neste ponto que se pode melhor apreender o que move Elizabeth e Paulina em sua oposição a conceitos como “fortaleza vazia” ou “carapaça”, e à própria noção do autismo como categoria psicopatológica. Para elas, tais conceitos e noções são equivalentes ao não reconhecimento da subjetividade dos autistas. São também o enclausuramento das crianças chamadas autistas em instâncias psicopatológicas rígidas que acabarão por lhes servir de prisão. Para atacar hábitos clínicos e teóricos tão arraigados como os que se cristalizam em torno da noção de autismo, a posição reticente de Winnicott em relação ao diagnóstico de autismo lhes é de essencial valor. “Esta doença do autismo não existe”, afirma Winnicott, “é apenas um termo clínico que descreve os extremos menos comuns de um fenômeno universal”. Este modo de ver traz o autismo para o interior da série contínua de todos os problemas do desenvolvimento psíquico, permitindo ainda, e este é o ponto principal, que se enfatize a descrição positiva do autismo como um modo de subjetivação entre outros. É esta a tese na qual insistem Ana Elizabeth e Paulina. O autismo é um *modo de subjetivação*, é fruto de um modo particular de relação com o meio ambiente. É fundamental poder entender as maneiras de ser dos autistas, seus modos de expressão, seus comportamentos, como soluções

singulares, como artifícios inventados para fazer face ao sofrimento psíquico.

O autismo se revela tanto mais um modo de subjetivação, um artifício inventado, que pode até mesmo ser ensinado. É o que, dentre tantos outros exemplos oferecidos pelas autoras, nos mostram Maurício e Irandé, crianças do CPPL. Um dia nos trabalhos de grupo, Irandé está tomado por uma profunda angústia. Nada que os terapeutas fazem serve de remédio ao seu estado. Acuado em um canto, transpira agitado. Maurício se aproxima. Pega uma bola, bate com ela no chão, como costuma fazer com seu jeito autista de ser. Pega Irandé pelo braço com uma mão e com a outra bate a bola. Passa a bola para Irandé. Várias tentativas infrutíferas. Por fim Irandé pega a bola, falha na primeira tentativa de bater com ela no chão. Maurício insiste. Uma segunda tentativa. Sucesso. Todos riem. “Que satisfação! Pois o Maurício conseguiu passar para o Irandé um meio de se proteger da angústia ao modo autista”.

Para Ana Elizabeth e Paulina, o autismo é uma solução encontrada para fazer face a uma dor extrema. Ele é inventado, pode ser ensinado ou aprendido. Poder-se-ia mesmo pensar em modalidades culturais do modo de ser autista. No que diz respeito à clínica, as autoras não se cansam de enfatizar, é importante perceber o alcance intersubjetivo das manifestações autistas, alcan-

ce este que a própria noção de autismo encobre. Atirar aos ares a classificação psicopatológica e seguir de perto as crianças em seu sofrimento é o caminho que escolhem para se aproximar daquilo que os autistas nos endereçam sem que estejamos sempre aptos a receber. Tal caminho, é claro, traduz uma tomada de posição radical em relação à tradição da clínica psicanalítica, a qual, embora certamente opere uma relativização da distinção entre normal e patológico, nunca abandonou a consideração da capacidade normativa do funcionamento psíquico, assim como da necessidade de se pensar a tipologia dos fracassos desta normatividade. As autoras estão cientes desta dificuldade no caminho que escolheram. Reconhecem, por exemplo, que o “máximo que [se pode] dizer é que algumas destas capacidades podem ser monótonas, repetidas ou compulsivas e, em alguns casos, desprovidas de fantasia”. Este reconhecimento, contudo, não as desvia de sua convicção. Estas crianças, chamadas de autistas, não são autistas. Trazem consigo um mundo interno que não é oco nem vazio, mas cheio de dor. Seus trejeitos não são fechamento, mas jeitos de comunicação. Traduzem modos singulares de lidar com a dor extrema e o sofrimento.

O trabalho que propõem Ana Elizabeth e Paulina é um trabalho em progresso que traz consigo o vigor daqueles que não recuam diante das contradições que o trabalho clínico nunca deixa de encontrar. Sua leitura provoca aquilo mesmo que está na base de sua feitura: pensamento e paixão.